

ATA NÚMERO 108/XII (2.ª)

Aos nove dias do mês de abril de 2013, pelas 19 horas e 20 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 10 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Tratamento de assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados;
2. Registo de interesses dos membros do Governo – informação;
3. A questão da igualdade de oportunidades no acesso aos debates televisivos em tempo de campanha eleitoral;
4. Apreciação e votação do relatório da Comunicação conjunta ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Estratégia da União Europeia para a Cibersegurança: Um ciberespaço aberto, seguro e protegido — JOIN(2013)1:

Relator: Deputado Pedro Delgado Alves (PS);

5. Relatório da visita da Comissão ao Porto;
6. Apreciação e votação das Atas (n.ºs 95, 99, 100, 102, 104 e 105);
7. Outros assuntos.

Não havendo assuntos relativos ao primeiro ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Comissão, Deputado Mendes Bota, informou os Senhores Deputados que, na sequência do relatório feito pelo Grupo de Trabalho de Registos de Interesses no final da 1.ª Sessão Legislativa, ficou decidido estudar a viabilidade de os registos de interesses dos membros do Governo passarem a ser depositados na Comissão de Ética por via eletrónica, à semelhança do que acontece com os registos de interesses dos deputados e em moldes idênticos. Para concretização deste mesmo desiderato ficou estabelecido criar um link no site do Parlamento para uma página dedicada ao «Registo de Interesses» acessível, através do menu de navegação, entre «Deputados e Grupos Parlamentares» e «Comissões Parlamentares», contendo uma introdução sobre o que é

o registo de interesses e um separador entre registo de interesses dos membros do Governo e registo de interesses dos deputados. Nesse sentido, a inserção dos registos de interesses dos membros do Governo passará a ser feita diretamente pelos próprios, para tal utilizando os seus cartões eletrónicos de identificação, o que implica a verificação da compatibilização da aplicação eletrónica da Assembleia da República com os certificados digitais emitidos pelo Governo.

Disse, também, que informou a Senhora Presidente da Assembleia da República, autoridade máxima na gestão do portal da Assembleia da República, de que tecnicamente estava tudo preparado para a implementação desta medida, pelo que tinha solicitado autorização para a sua concretização, tendo já recebido o despacho favorável. Por último, referiu que vai agora oficializar a Senhora Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade para que seja fornecido aos serviços da Assembleia da República um cartão eletrónico do Governo para testes.

Relativamente ao ponto três da Ordem do Dia, o Senhor Presidente disse que a ERC está a ultimar propostas para dirimir esta questão resultante da queixa apresentada por dois partidos políticos — o MEP e o MRPP — na última campanha eleitoral relativamente à igualdade de oportunidades no acesso aos debates televisivos em tempo de campanha eleitoral.

Referiu, também, que recebeu uma informação não oficial, segundo a qual há cerca de três meses atrás os diretores de informação das três televisões generalistas teriam entregado à ERC um documento conjunto no qual sublinham que não vão realizar debates televisivos com os candidatos às eleições autárquicas, caso não seja alterada a Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais, o que é da competência da Assembleia da República.

Como as eleições autárquicas estão a aproximar-se, o Senhor Presidente, Deputado Mendes Bota propôs que a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação fizesse um debate prévio sobre esta matéria — que, de resto, já foi debatida aquando da apresentação do relatório final da petição n.º 177/XI (2.ª), da autoria da Senhora Deputada Lídia Bulcão (PSD).

Nesse sentido, sugeriu que, dando cumprimento à opinião expressa pela Comissão aquando da aprovação do relatório final da mencionada petição, e na medida em que se aproximam as eleições autárquicas, e que a tomada de uma decisão por parte da ERC poderá ocorrer nas próximas três semanas, a Comissão discuta esta matéria numa conferência, num colóquio, num seminário ou através de uma série de audições para que os grupos parlamentares,

se for esse o caso, possam reforçar o seu acervo opinativo e de conhecimento previamente à apresentação de eventuais iniciativas legislativas que permitam dirimir esta questão.

Aberta a discussão sobre esta matéria, a Senhora Deputada Carla Rodrigues (PSD) propôs que o debate, a audição das diversas entidades, como os representantes das televisões e dos pequenos partidos, fosse feito no âmbito do Grupo de Trabalho de Audiências ou em plenário da Comissão para que depois os Grupos Parlamentares, munidos de toda a informação, possam eventualmente tomar alguma iniciativa. Frisou também que o documento que a ERC está a ultimar poderá ser um bom ponto de partida para a discussão que a Comissão possa travar sobre esta matéria.

Os Senhores Deputados Inês de Medeiros (PS), Raúl de Almeida (CDS-PP) e Carla Cruz (PCP) manifestaram o seu assentimento à proposta feita pelo Grupo Parlamentar do PSD, tendo, contudo, a Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS) solicitado que os serviços da Assembleia da República fizessem desde já um estudo comparativo sobre a legislação existente sobre esta matéria nos diferentes países da União Europeia.

Concluindo a discussão deste tema, o Senhor Presidente sublinhou que eram quatro os aspetos essenciais em análise: a necessidade de os serviços da Assembleia da República fazerem um estudo comparativo da legislação existente na União Europeia sobre esta matéria; a premência de procurar apurar junto da ERC para quando a conclusão desse documento basilar; a audição da própria ERC e de toda uma série de entidades para que se possa dar início, se for esse o caso, ao respetivo processo legislativo; por fim, procurar saber junto do Governo se vai ou não apresentar alguma iniciativa legislativa sobre esta matéria dos debates eleitorais.

Antes de passar ao ponto seguinte, o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) sublinhou que, não existindo uma regulamentação específica sobre esta matéria, e ainda que a Assembleia da República aprove um enquadramento legislativo, isso não obviará a que continuemos a ter um problema caso, ainda assim, os pequenos partidos entendam que o diploma em causa é inconstitucional e o impugnem. Pode-se iniciar o debate e tentar encontrar uma solução para esta questão, mas nada obsta a que no próximo ato eleitoral autárquico venhamos a ter exatamente o mesmo problema, pelo que a questão pode-se prolongar no tempo.

Entrando no quarto ponto da Ordem do Dia, o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) fez a apresentação do seu relatório sobre a JOIN(2013) 1, que pode ser consultado em

<http://www.parlamento.pt/europa/Paginas/DetailIniciativaEuropeia.aspx?BID=4784>, tendo referido que esta iniciativa vai ao encontro da Agenda Digital para a Europa e que visa estimular a economia digital e responder aos desafios sociais através das Tecnologias de Informação e Comunicação, sendo eixos relevantes da construção de uma estratégia europeia a necessidade de salvaguardar o acesso e abertura, respeitar e proteger os direitos fundamentais em linha e manter a fiabilidade e interoperabilidade da internet.

Referiu, também, que esta estratégia articula-se em cinco prioridades estratégicas, a saber: garantir a resiliência do ciberespaço, reduzir drasticamente a cibercriminalidade, desenvolver a política e as capacidades no domínio da ciberdefesa no quadro da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), desenvolver os recursos industriais e tecnológicos para a cibersegurança, estabelecer uma política internacional coerente em matéria de ciberespaço para a União Europeia e promover os valores fundamentais da União Europeia.

Por fim, sublinhou que na presente iniciativa não legislativa não cabe a verificação do cumprimento do princípio da subsidiariedade, apesar dos elementos constantes da Estratégia para a Cibersegurança evidenciarem uma clara e fundamentada delimitação das esferas de intervenção entre União e Estados-membros, e que a análise do presente documento permite identificar uma necessidade de posterior acompanhamento das iniciativas legislativas de concretização da Estratégia para a Cibersegurança, bem como dos programas a desenvolver na sua execução.

Submetido à votação, o relatório foi aprovado por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do BE.

Entrando no quinto ponto da Ordem do Dia, foi aprovado por unanimidade, com a ausência do Grupo Parlamentar do BE, o relatório da visita da Comissão ao Porto, que teve lugar nos dias 18 e 19 de fevereiro de 2013.

Relativamente ao sexto ponto da Ordem do Dia, foram aprovadas por unanimidade, com a ausência do Grupo Parlamentar do BE, as Atas n.ºs 95, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105 e 106.

A reunião foi integralmente gravada em suporte áudio e encontra-se disponível em http://srvvideo3/site/XIILEG/2SL/COM/12-CPECC/CpECC_20130409_3.mp3, razão pela qual não se procede ao seu desenvolvimento.



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 20:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 9 de abril de 2013

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(MENDES BOTA)

Folha de presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Sofia Bettencourt
Carla Cruz
Carla Rodrigues
Francisca Almeida
Inês de Medeiros
Isabel Oneto
Jacinto Serrão
João Portugal
Lídia Bulcão
Maria da Conceição Caldeira
Mendes Bota
Odete Silva
Orísia Roque
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Delgado Alves
Raúl de Almeida
João Figueiredo
João Oliveira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Cecília Honório
Luís Pita Ameixa
Manuel Seabra
Rosa Arezes
Sérgio Azevedo

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 24/04/2013.